

Suco de laranja

» SACHA CALMON
Advogado



Fernando Lopes é jornalista especializado e nos municia. Uma das maiores exportadoras de suco de laranja do mundo, a Cutrale, com sede em Araraquara (SP), decidiu suspender os embarques do produto concentrado e congelado do Brasil aos Estados Unidos (EUA), onde está presente há décadas e mantém uma importante parceria de fornecimento com a americana Coca-Cola.

Com a cobrança de 34% de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) pelo Brasil sobre o imposto de importação cobrado pelo governo americano para permitir a entrada do FCOJ brasileiro (US\$ 415,86 a tonelada), a Cutrale viu a margem do negócio minguar e decidiu buscar suco no México para abastecer as marcas Minute Maid e Simply Orange, da Coca-Cola.

Fontes do segmento lembram que a Cutrale, que é a segunda maior exportadora de suco de laranja brasileira, atrás da Citrosuco, lidera as vendas para os EUA, com embarques tanto de FCOJ quanto da bebida pronta para beber (NFC) — que não é onerada pelas mesmas tarifas, graças ao Acordo Estados Unidos, México e Canadá (USMCA, na sigla em inglês), que substituiu o Nafta.

A Cutrale responde por mais da metade das vendas de suco brasileiro aos EUA. No total, segundo a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), são entre 130 mil e 200 mil toneladas por safra — de US\$ 260 milhões a US\$ 400 milhões, a preços atuais. Para todos os destinos, os embarques do Brasil giram em torno de US\$ 2 bilhões.

Segundo a Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR), os EUA são o segundo principal destino para os embarques do país, com participação de cerca de 20%. A União Europeia é a primeira, com fatia que varia em torno de 65%. Das três empresas representadas pela entidade, apenas a Citrosuco continua, neste momento, a vender FCOJ brasileiro aos EUA — A Louis Dreyfus Company já há algum tempo privilegia outros mercados.

A CitrusBR, que também preferiu não conceder entrevista sobre a decisão da Cutrale, por se tratar de uma estratégia individual, vem tentando reverter a cobrança de 34% sobre a tarifa de importação — equivalente a US\$ 141,40, que eleva a oneração total para US\$ 557,26 por tonelada, que é vendida hoje a US\$ 1,8 mil — desde 2019, quando ela teve início. Não obteve sucesso, mas as gestões em Brasília continuam. Os EUA são um parceiro difícil para o Brasil.

Segundo fontes, o assunto tem sido tratado no Congresso. Um projeto de Decreto Legislativo (PDL 355/20), de autoria do deputado Alceu Moreira, ex-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), foi aprovado no mês passado com o

objetivo de sustar a Solução de Consulta que deu origem à cobrança dos 34%.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) tem como relator o deputado Pedro Lupion (DEM-PR). “O que parece é que se cria um imposto de exportação, disfarçado de imposto de renda. Vamos analisar a proposta para evitar distorções e oferecer, aos produtores, condições de competir no mercado internacional”, disse recentemente Lupion nas mídias sociais. Procurada, a Receita afirmou que “não há previsão de revisão da solução de Consulta 2/2019, reiterando que seu entendimento está de acordo com a legislação vigente sobre o assunto”.

A Cutrale avalia alternativas. Apurou-se que a empresa cogita investir em fazendas de laranja e em uma indústria de suco no México para atender de lá seus compromissos com a Coca-Cola nos EUA.

Essa é a política de exportação de Bolsonaro. Saí daí, senhor presidente! Vosmicê não entende de relações internacionais, só sabe falar de ideologia, e isso não interessa. Bú, comunismo! Onde? O governo vai limitar a dedução do Imposto de Renda das empresas na concessão de vales refeição e alimentação. As regras publicadas recentemente

no Decreto nº 10.854, e que terão validade a partir do dia 11 de dezembro, definem que apenas os valores pagos até um salário mínimo (piso nacional) poderão ser descontados da base de cálculo do IRPJ.

Quando as empresas têm serviço próprio de refeições ou de distribuição de alimentos, as limitações não se aplicam e o gasto pode continuar sendo todo abatido da base do IRPJ. A regra de cálculo do benefício previsto no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) tem alguma complexidade, mas o incentivo não pode superar 4% do imposto devido no ano.

Para o professor da Faculdade de Economia da USP José Afonso Mazzon, a mudança é significativa. “O programa deve atender pouco mais de 80% dos trabalhadores atuais no PAT”, diz. Segundo ele, poderia haver um benefício decrescente para trabalhadores com renda entre 5 e 10 salários mínimos, principalmente da área de serviços nos centros metropolitanos. “Aí, abrangeria a quase totalidade de trabalhadores. Isso parece atender melhor a um princípio de justiça social”, afirma, apontando que a medida deve “reduzir a renúncia fiscal do governo”. Pronto! O objetivo é esse: arrecadar mais.

Metano – de problema climático a oportunidade econômica

» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Gases de efeito estufa, como dióxido de carbono (CO₂) e metano (CH₄), sempre cumpriram funções importantes na atmosfera terrestre, retendo calor e evitando perda de radiação para o espaço, o que contribuiu para tornar a Terra habitável. Ao longo de milênios esses gases foram produzidos e decompostos em ritmo que mantinha o planeta moderadamente aquecido, equilíbrio que está sendo alterado pela ação humana, com graves consequências para o clima.

Até recentemente, o grande vilão das mudanças climáticas era o CO₂, pela quantidade emitida e longa persistência na atmosfera, de até mil anos. No entanto, o metano vem despontando como um agente igualmente perigoso de desestabilização do clima, devido à sua capacidade de aquecer a atmosfera cerca de 80 vezes mais rápido que o CO₂. Apesar da sua permanência na atmosfera ser curta — se degradando em cerca de 10 anos, sua concentração alcançou o nível mais alto dos últimos 800 mil anos.

O metano tem múltiplas origens, desde as indústrias de gás natural, carvão e petróleo até os aterros sanitários, que concentram grande diversidade de materiais orgânicos em decomposição. Vegetação apodrecida em áreas pantanosas e cultivos como arroz inundado são também importantes fontes desse gás, assim como animais ruminantes — como bovinos, e insetos — como cupins, que, ao digerirem material vegetal, emitem metano.

Embora as crescentes emissões de metano representem grande risco para a humanidade, sua baixa persistência na atmosfera possibilita o combate dos seus efeitos em prazos curtos. Cortes significativos nas suas emissões poderão provocar redução do aquecimento em apenas uma década, a custos relativamente baixos. É por isso cerca de 100 países, incluindo o Brasil, anunciaram em novembro de 2021, durante a COP 26, em

Glasgow, o “Compromisso Global de Metano” — uma meta coletiva de redução das emissões em 30%, a ser alcançada até 2030.

Tal acordo impõe reduções substanciais das emissões de fontes como aterros sanitários, sistemas de óleo e gás, mineração de carvão, processos industriais e agricultura, com destaque para a pecuária. Estima-se que cerca de um bilhão de bovinos são criados em todo o mundo para produção de carne e laticínios, que, combinados a outras criações animais, liberam cerca de 44% do metano originado de atividades antropogênicas (de causa humana) em todo o planeta. Números que destacam a pecuária no rol dos grandes emissores de gases de efeito estufa em todo o mundo.

A boa notícia é que o metano é um gás valioso, que pode ser capturado e usado como combustível, reduzindo a nossa dependência de fontes fósseis. O gás natural, que consiste principalmente em metano, é um combustível fóssil considerado limpo. Quando o metano é produzido a partir dos aterros sanitários e dos abundantes resíduos animais e vegetais usualmente descartados na natureza, ele pode, como o gás natural, ser usado como fonte de energia para uso doméstico e transporte, ou como matéria-prima para múltiplos usos industriais.

Os humanos geram direta ou indiretamente mais de 105 bilhões de toneladas de resíduos orgânicos em todo o mundo a cada ano, grande parte acumulada em aterros sanitários. E tecnologias para captura de metano de aterros sanitários já são dominadas, podendo viabilizar parques ecoindustriais produtores de bens e serviços, créditos de carbono e boa imagem para governos e organizações envolvidos. Ou o metano produzido pode ser simplesmente processado e vendido, substituindo o gás natural fóssil, ou usado para movimentar caminhões de coleta e processos de segregação, tratamento e agregação de valor

ao lixo que chega aos aterros sanitários.

A produção agrícola global quase triplicou nos últimos 50 anos, e é provável que duplique na primeira metade do século 21, gerando imensos volumes de resíduos orgânicos de alta emissão de gases. Atualmente, quase todo o resíduo agrícola produzido no mundo é manejado de forma incorreta, permitindo que o metano e outros gases de efeito estufa sejam liberados na atmosfera. Se manejados em digestores anaeróbicos, as emissões seriam minimizadas, com produção de biogás e biometano para uso energético e industrial, além de fertilizantes orgânicos que permitiriam retornar ao solo nutrientes valiosos e finitos.

Estima-se que o cumprimento das metas de mudança climática do Acordo de Paris exigirá crescimento dos mercados voluntários de carbono em 15 vezes até 2030 — e 100 vezes até 2050 — a partir dos níveis de 2020. E como o mercado é um mecanismo eficaz, as emissões de metano e outros gases de efeito estufa tenderão a ser reduzidas onde for mais barato e mais fácil fazê-lo, especialmente quando tivermos padrões e regras claros e preços globais consolidados para o carbono. Oportunidade que não pode ser ignorada pela agricultura brasileira.

A Embrapa conta com unidades e portfólios de pesquisa e inovação inteiramente dedicados ao desenvolvimento de tecnologias de biomassa que contribuam não só para a descarbonização da agricultura, mas também das indústrias química, de energia e materiais. A adoção de práticas conservacionistas como o plantio direto, a fixação biológica do nitrogênio, a integração de lavouras, pecuária e florestas, dentre outras, abrem possibilidades para que o Brasil, que já colhe duas ou mais safras ao ano, venha no futuro a colher também safras de carbono, com ganhos nas dimensões econômica, ambiental e de imagem perante consumidores ávidos por sustentabilidade.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circacunha.df@dabr.com.br

Voltamos ao passado como uma tragédia final

Com o avanço inclemente, por todo o país, das chamadas commodities, dentro do que se convencionou chamar agrobusiness, produtos como trigo, milho, soja, açúcar; e minérios como ferro, petróleo, gás natural, ouro, prata alumínio, todos eles matérias-primas in natura, o Brasil vai, aos poucos, recuando séculos, voltando ao tempo em que as relações comerciais com sua metrópole principal, Portugal, era feita segundo os ditames da política mercantilista.

Nesse período, entre os séculos XV e XVIII, o papel desempenhado por nosso país se resumia em ser uma economia periférica e complementar à metrópole, fornecendo, em grande quantidade, matérias-primas a preços irrisórios e comprando manufaturados por altos valores, sempre dentro do conceito de estimular a balança comercial favorável para a metrópole. A única diferença é que a nossa metrópole agora é o mundo.

Só o fato de pensar que vamos, por obra e graça dos últimos governos que o país teve, recuando rumo a um passado que acreditávamos ter deixado para trás e que dilapidou nossas riquezas e condenou o nosso povo à miséria e que em pleno século XXI toda essa tragédia vai se repetindo, bem abaixo de nossos olhos dói muito. Com isso seremos obrigados a nos manter na periferia do mundo civilizado. E o pior é que a grande demanda por esses produtos naturais, num mundo altamente industrializado e consumidor de matérias-primas, aumentou assustadoramente, o que acelerou, também, a destruição do nosso meio ambiente, com derrubada de matas nativas, como nunca houve em tempos passados.

Tudo isso somado à queima de nossas florestas, à extração ilegal de madeira e à mineração clandestina, que vão deixando enormes feridas na terra. Cicatrizes que jamais serão apagadas. Todo esse boom provocado pela produção enlouquecida e sem controle de commodities, ao enriquecer uma minoria, deixa como saldo a poluição, o envenenamento e o assoreamento de nossos cursos d’água.

Destruímos nosso país em prol de atividades econômicas extrativistas e primárias, cercando nossos campos com latifúndios, onde a monocultura transgênica é plantada não para produzir alimentos, mas para gerar lucros para esses novos senhores, alojados nas casas modernas grandes instaladas no poder. O resultado dessas atividades totalmente predatórias pode ser conferido na formação de áreas, cada vez maiores, em processo de degradação ambiental irreversível e de desertificação.

O que vai ficando para trás e para as futuras gerações que não têm condições de estudar na Europa e nos Estados Unidos são terras arrasadas pelo mau manejo e pelos seguidos crimes ambientais praticados sem qualquer punição. Como saldo dessa razia em nossa terra temos os desertos áridos e inóspitos, com a terra arrasada, improdutiva. Lugares onde nem mesmo os carcarás são mais vistos.

Esse parece ser o preço a ser pago pela incuria de seguidos governos. Uma gente que no futuro não poderá sequer ser responsabilizada por esses crimes contra a nação. A prescrição e o beneplácito de nossas altas cortes, sempre aquiescente com os poderosos, cuidarão para que esses crimes não resultem em penas para essa clientela.

Fossem esses os únicos passivos deixados por essas atividades doidivas e que vão destruindo nosso país pelas beiradas, todos esses crimes seriam circunscritos à área do meio ambiente. Ocorre que a proteção que essa economia predadora recebe do governo, também como no passado mercantilista, em nome da tal balança comercial favorável, já destruiu, apenas nos últimos 10 anos, aproximadamente 30 mil indústrias e quase um milhão e meio de postos de trabalho.

O reconhecimento da China como economia de mercado, uma iniciativa suicida dos governos petistas, fez o resto. Hoje, uma simples caminhada pelos mercados ou lojas de departamento mostra o estrago que essas políticas ideológicas e marrotas fizeram com a indústria brasileira. Importamos quase de tudo, do pregador de roupa ao televisor. E vamos aumentando nossa dependência, sempre reféns de produtos industrializados de baixíssima qualidade, duração limitada e grande parte com falhas nas garantias trabalhistas.

A crise sanitária fez o estrago final, fechando o comércio, falindo empresas e gerando cada vez mais desemprego. Vamos, aos poucos, regressando séculos, rumo ao período do Brasil Colônia, com tudo de ruim que essa era passada representou. A diferença é que agora não irá sobrar nada para recontar essa triste história. Voltamos ao passado como tragédia.

» A frase que foi pronunciada

“Qual será nossa escolha: degradação ou recuperação, escassez ou fartura, compaixão ou cobiça, amor ou medo, tempos melhores ou piores?”

Carl Safina

» História de Brasília

Não queríamos dar ontem uma notícia triste, porque era a data do aniversário do sr. Afonso Almira, Diretor Geral da Fazenda Nacional. Mas se nós soubéssemos que a campanha que movemos pela transferência da Capital estivesse estimulando ódios, jamais a teríamos iniciado. (Publicada em 11/02/1962)